

Zimbra

hadija@tc.df.gov.br

Fwd: TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA - Rede de Controle da Gestão Pública do DF**De :** presidencia@tc.df.gov.br

Ter, 26 de mar de 2019 18:26

Assunto : Fwd: TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA - Rede de Controle da Gestão Pública do DF

3 anexos

Para : hadija <hadija@tc.df.gov.br>**De:** "presidencia" <presidencia@tc.df.gov.br>**Para:** "hadijaline" <hadijaline@tc.df.gov.br>**Enviadas:** Terça-feira, 26 de março de 2019 18:25:19**Assunto:** Fwd: TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA - Rede de Controle da Gestão Pública do DF**De:** "Assessoria de Políticas Institucionais" <api@mpdft.mp.br>**Para:** "S_GABINETE" <gabinete@cg.df.gov.br>, dgpc@pcdf.df.gov.br, procgeral@tc.df.gov.br, "agenda gabinete" <agenda.gabinete@sefp.df.gov.br>, "presidencia" <presidencia@tc.df.gov.br>**Enviadas:** Terça-feira, 26 de março de 2019 17:04:03**Assunto:** TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA - Rede de Controle da Gestão Pública do DF

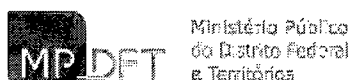
Prezados,

A pedido da Dra. Lenna Luciana, Promotora de Justiça e Gestora do Termo de Cooperação Rede de Controle da Gestão Pública do DF, encaminhamos anexo, para conhecimento de Vossas Excelências, minuta do Termo Aditivo que tem por objeto a inclusão de Órgãos da Administração Pública Federal no referido Acordo, bem como Plano de Ação da Rede,

A estratégia foi decidida na reunião ocorrida no dia 21 de fevereiro de 2019, em que se aprovou o Plano de Ação da Rede de Controle da Gestão Pública do DF para o ano de 2019, conforme item 1.3: "convidar os respectivos órgãos da esfera federal para integrar a RCGP/DF, via termo de adesão".

Colocamo-nos à disposição para qualquer esclarecimento.

Atenciosamente,



 **Plano de Ação assinado.pdf**
854 KB

 **TCT 2-2017 TA01 - Rede de Controle do DF - adesão.pdf**
124 KB

04
e

As instituições e Órgãos Públicos signatários do acordo de cooperação técnica de criação da Rede de Controle da Gestão Pública do Distrito Federal, reunidos na sede do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, em 21 de fevereiro de 2019, resolvem aprovar o seguinte **PLANO DE AÇÃO**¹, com vigência para o ano de 2019, prorrogável por mais 1 ano.

As medidas executivas para a implementação do Plano ficarão a cargo dos agentes de integração designados para representar o respectivo órgão ou entidade, que deverão definir a matriz de responsabilidades, o cronograma e os prazos para o cumprimento das ações.

Ao final do exercício, os agentes de integração deverão apresentar aos dirigentes dos Órgãos, em reunião ou evento designado para tal finalidade, relatório contendo as ações realizadas e os resultados alcançados.

PLANO DE AÇÃO DA REDE DE CONTROLE DA GESTÃO PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL (RCGP/DF) PARA 2019

1) FUNCIONAMENTO DA RCGP/DF

1.1) Divulgar o planejamento estratégico da Rede de Controle da Gestão Pública do Distrito Federal – RCGP/DF para o ano de 2019.

1.2) Aprovar o Regimento Interno da RCGP/DF.

1.3) Convidar os respectivos órgãos da esfera federal para integrar a RCGP/DF, via termo(s) de adesão.

¹ O Plano de Ação da RCGP/DF teve como uma de suas fontes o Plano de Diretrizes de Combate à Corrupção, resultado da Ação 1/2018 da ENCCLA, aprovado para nortear a atuação de instituições governamentais e da sociedade civil no enfrentamento da corrupção. Disponível em: <http://enccla.camara.leg.br/acoes/copy_of_ENCCLAAo01PlanodeDiretrizesdeCombateCorrupcao_Resumido.pdf>. Acesso em: 18 fev. 2019.

05
2

2) SISTEMAS E TROCA DE INFORMAÇÕES, DADOS E DOCUMENTOS

2.1) Facilitar o acesso, aos membros da RCGP/DF, a bancos de dados que permitam identificar possível ocorrência de corrupção e lavagem de dinheiro.

2.2) Promover o compartilhamento de bancos de dados úteis ao controle da gestão pública e à investigação de atos lesivos ao patrimônio público, observando-se as disposições do artigo 198, § 2º, do Código Tributário Nacional².

2.3) Elaborar manual contendo descrição das bases de dados disponíveis em cada órgão da RCGP/DF, estruturados em suporte eletrônico ou não, incluindo as espécies de informações e a forma de obtê-las.

2.4) Implementar mecanismos permanentes de levantamento de dados e estatísticas nos órgãos relacionados ao combate à corrupção, à improbidade administrativa e à lavagem de dinheiro, inclusive de recuperação de ativos existentes, com vistas à futura integração.

2.5) Estabelecer medidas de integração entre os membros da RCGP/DF para a identificação de riscos e adoção de medidas anticorrupção em áreas estratégicas.

2.6) Promover a articulação e o alinhamento sistêmico dos órgãos da RCGP/DF, estabelecendo o intercâmbio permanente de informações necessárias à respectiva atuação institucional, atribuindo maior agilidade às ações preventivas e repressoras das práticas lesivas ao patrimônio público.

3) CAPACITAÇÃO, FORMAÇÃO E TREINAMENTO

3.1) Promover programas de capacitação entre os partícipes, com alocação ou disponibilização de pessoal e de recursos materiais didáticos próprios, visando ao conhecimento mútuo sobre suas atividades e esferas de atuação, ao intercâmbio de experiências, e com o objetivo de melhor prepará-los para o exercício de suas funções, especialmente com foco no combate à corrupção e à lavagem de dinheiro.

² “Art.198. (omissis)

(...)

§ 2o O intercâmbio de informação sigilosa, no âmbito da Administração Pública, será realizado mediante processo regularmente instaurado, e a entrega será feita pessoalmente à autoridade solicitante, mediante recibo, que formalize a transferência e assegure a preservação do sigilo.”

2/4

06
e

3.2) Estimular a inserção de temas específicos relacionados ao combate à corrupção e à lavagem de ativos nos concursos públicos de seleção para as carreiras que atuem na proteção do patrimônio público.

3.3) Realizar estudos, pesquisas, publicações, debates e seminários relacionados aos temas de combate à corrupção e à lavagem de ativos.

4) PREVENÇÃO, DETECÇÃO E PUNIÇÃO

4.1) Desenvolver projetos destinados a ampliar a integração dos órgãos estatais em geral no combate à corrupção e à lavagem de dinheiro, bem como ao fortalecimento da cidadania e da cultura ética.

4.2) Sugerir a inserção dos temas de formação de cultura ética e de combate à corrupção nos programas pedagógicos das escolas públicas e privadas.

4.3) Fomentar a participação social no monitoramento da destinação de recursos públicos.

4.4) Estabelecer mecanismos de controle, fiscalização e operações integradas, buscando reduzir os esforços e ampliar os resultados.

4.5) Incrementar a cultura de avaliação dos resultados das medidas anticorrupção para constante aprimoramento.

4.6) Estimular os órgãos públicos à adoção de boas práticas de governança.

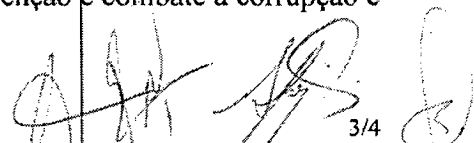
4.7) Buscar a implementação do Fundo Distrital de Combate à Corrupção.

5) TRANSPARÊNCIA, PUBLICIDADE E EVENTOS

5.1) Aprimorar e divulgar o sítio eletrônico da RCGP/DF, mantendo-o atualizado com notícias, informações e material de pesquisa relacionados à atividades da Rede.

5.2) Divulgar para os públicos externo e interno da RCGP/DF, as normas existentes sobre corrupção e lavagem de dinheiro.

5.3) Divulgar campanhas e programas de conscientização, prevenção e combate à corrupção e à lavagem de dinheiro em âmbito distrital.



3/4

07
e

5.4) Elaborar e divulgar calendário de eventos da RCGP/DF.

5.5) Incrementar a publicidade das ações de combate à corrupção efetuadas, buscando aumentar a credibilidade das instituições públicas.

5.6) Fomentar a transparência ativa na divulgação das ações e resultados institucionais, permitindo o acompanhamento pela sociedade.

Ministério Público do Distrito
Federal e Territórios

Fabiana Costa Oliveira Barreto
(Procuradora-Geral de Justiça)

Controladoria-Geral do Distrito
Federal

Aldemário Araújo Costa
(Controlador-Geral do DF)

Polícia Civil do Distrito Federal

Saulo Ribeiro Lopes
(Delegado de Polícia Civil
DGI)

Ministério Público de Contas
do Distrito Federal

Cláudia Fernanda de Oliveira
Pereira
(Procuradora-Geral do MPC)

Secretaria de Estado de
Fazenda do Distrito Federal

Marcelo Ribeiro Alvim
(Secretário Adjunto da Fazenda,
Planejamento, Orçamento e
Gestão do DF)

Tribunal de Contas do Distrito
Federal

Eduardo Madureira de Souza
(Auditor de Controle Externo)



REDE DE CONTROLE DA GESTÃO PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA CELEBRADO ENTRE DIVERSOS ÓRGÃOS PÚBLICOS E ENTIDADES, PARA FORMAÇÃO DE REDE DE ÂMBITO DISTRITAL, COM VISTAS À ARTICULAÇÃO DE AÇÕES DE FISCALIZAÇÃO, COMBATE À CORRUPÇÃO, CONTROLE SOCIAL E PARA INTERAÇÃO DAS REDES, NOS ÂMBITOS DISTRITAL E FEDERAL.

Os órgãos públicos e entidades no DISTRITO FEDERAL, adiante identificados e doravante denominados PARTICIPES, representados pelos signatários identificados ao final deste documento.

RESOLVEM celebrar o presente TERMO ADITIVO AO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA assinado pelas referidas instituições em 3 de dezembro de 2016 e publicado no Diário Oficial do Distrito Federal de 30 de janeiro de 2017, mediante as cláusulas e as condições a seguir.

CLÁUSULA PRIMEIRA — DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem como objeto a **INCLUSÃO DE PARTICIPE** no Acordo firmado entre as partes em 3/12/2016, nos termos previstos em sua Cláusula SEGUNDA.

CLÁUSULA SEGUNDA — DA INCLUSÃO DE PARTICIPE

Nos termos previstos no Parágrafo Segundo da Cláusula Segunda do ACORDO, os órgãos a seguir identificados tornam-se participantes do ACORDO e, nesses termos, passam a compor a rede de controle distrital integrada à Rede de Controle da Gestão Pública:

CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO - CGU	CNPJ 00.394.460/0386-29
MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO - MPTCU	CNPJ 00.414.607/0001-18
POLÍCIA FEDERAL - PF	CNPJ 00.394.494/0014-50
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO DISTRITO FEDERAL - PRDF	CNPJ 26.989.715/0012-65
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL - SRF	CNPJ 00.394.460/0058-87
TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO - TCU	CNPJ 00.414.607/0001-18

CLÁUSULA TERCEIRA — DA RATIFICAÇÃO

Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições estabelecidas no ACORDO firmado entre os partícipes.

CLÁUSULA QUARTA — DA PUBLICAÇÃO

A publicação de extrato do presente Termo Aditivo no Diário Oficial da União será providenciada pelo Ministério Público do Distrito Federal e Territórios – MPDFT; o Tribunal de Contas do Distrito Federal - TCDF providenciará a publicação no Diário Oficial do Distrito Federal, nos termos do que dispõe o art. 61, parágrafo único, da Lei nº 8.333/1993..

E, por estarem ajustados, os PARTÍCIPIES assinam o presente instrumento, cabendo uma via a cada um dos partícipes.

Brasília, de de 2019.

CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

Wagner Rosário

Ministro da Controladoria-Geral da União

**CONTROLADORIA-GERAL DO
DISTRITO FEDERAL**

Aldemario Araújo Castro

Secretário de Estado Controlador-Geral

**MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO
FEDERAL E TERRITÓRIOS**

Fabiana Costa Oliveira Barreto

Procuradora-Geral de Justiça

**MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO
TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO**

Cristina Machado da Costa e Silva

Procuradora-Geral

**MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO
TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO
FEDERAL**

Marcos Felipe Pinheiro Lima

Procurador-Geral em exercício

POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL

Robson Cândido da Silva

Diretor-Geral

POLÍCIA FEDERAL

Maurício Leite Valeixo

Diretor-Geral

**PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO
DISTRITO FEDERAL**

Ana Carolina Alves Araújo Roman

Procuradora Chefe

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL

Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque

Secretário Especial

**SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DO DISTRITO FEDERAL**

André Clemente Lara de Oliveira

Secretário de Estado

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

José Mucio Monteiro

Presidente

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO
FEDERAL**

Anilcéia Machado

Presidente